



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

Aos 05 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição conjunta da FEVICCOM (Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro), representada por Maria de Fátima Marques Messias (coordenadora); da União de Sindicatos de Aveiro, representada por Adelino Nunes e Joaquim Mesquita e do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, representado por Alírio Martins (presidente) na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP (grelha de tempos própria).

II Parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 178, de 23 de outubro, 179 e 180, de 24 de outubro, 181, de 12 de novembro, e 182, de 15 de novembro;
2. Pedido de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 163/XIII/4.ª (ALRAM) - Décima oitava alteração ao estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, que baixou à Comissão de Saúde a 14 de novembro.
Deputado autor do parecer: GP do BE;
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1021/XIII/4.ª (BE) - Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (14.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), o Projeto de Lei n.º 1022/XIII/4.ª (BE) - Promove a contratação coletiva no setor público empresarial e o Projeto de Lei n.º 1025/XIII/4.ª (PCP) - Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 14.ª

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Deputado autor do parecer: António Carlos Monteiro (CDS-PP);

4. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) - Estabelece a obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com diversidade funcional;
5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 330/XIII/2.ª, da iniciativa de Liliana Isabel Rodrigues Madeira Grigor e outros, que Solicitam que a licença de parentalidade possa ser gozada até 1 ano a 100%;
Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);
6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição dos representantes dos trabalhadores da Soares da Costa; da Administração da empresa; da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT); da Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT); e da Comissão de Acompanhamento do PER da Soares da Costa, S. A.;
7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar todos os esclarecimentos sobre o atraso na devolução do IVA às IPSS;
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar todos os esclarecimentos sobre as opções políticas, o investimento e o alargamento ou redução prevista para a confiança de crianças e jovens em risco a famílias de acolhimento;

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Inspetor-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestarem todos os esclarecimentos sobre a Inspeção à Raríssimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras;
10. Ponto da situação das petições pendentes, das iniciativas legislativas e dos grupos de trabalho;
11. Outros assuntos.

I Parte

Audição conjunta da FEVICCOM (Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro), representada por Maria de Fátima Marques Messias (coordenadora); da União de Sindicatos de Aveiro, representada por Adelino Nunes e Joaquim Mesquita e do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, representado por Alírio Martins (presidente), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PCP (grelha de tempos própria).

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), começou por cumprimentar e dar as boas vindas aos representantes da FEVICCOM (Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro), representada por Maria de Fátima Marques Messias (coordenadora); à União de Sindicatos de Aveiro, representada por Adelino Nunes e Joaquim Mesquita e ao Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, representado por Alírio Martins (presidente), enquadrando a audição no âmbito do [requerimento apresentado pelo GP do PCP em 24 de setembro](#), sobre “Trabalhadora corticeira sujeita a repressão e assédio chocante pela Corticeira Fernando Couto – Cortiças, SA, após despedimento ilegal”, descreveu a metodologia adotada para aquela audição e



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

deu a palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP) para apresentação do referido requerimento.

Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte e a Coordenadora da FEVICCOM, em resposta à Senhora Deputada requerente.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Susana Lamas (PSD), Carla Tavares (PS), José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo a final intervindo os três representantes sindicais presentes.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e áudio, constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Logo após a audição, prosseguiu a reunião, de acordo com a respetiva ordem de trabalhos:

II Parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 178, de 23 de outubro, 179 e 180, de 24 de outubro, 181, de 12 de novembro, e 182, de 15 de novembro;

Submetidas à votação, foram as cinco atas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

2. Pedido de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 163/XIII/4.ª (ALRAM) - Décima oitava alteração ao estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, que baixou à Comissão de Saúde a 14 de novembro.

Deputado autor do parecer: GP do BE;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) informou que seria indicado posteriormente.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.^a SL

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 1021/XIII/4.^a (BE) - Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (14.^a alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), o Projeto de Lei n.º 1022/XIII/4.^a (BE) - Promove a contratação coletiva no setor público empresarial e o Projeto de Lei n.º 1025/XIII/4.^a (PCP) - Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 14.^a alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Deputado autor do parecer: António Carlos Monteiro (CDS-PP);

Verificando-se que nem o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) - nem outro Deputado do CDS-PP - estava presente, foi proposto pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que se procedesse à votação do referido parecer, em virtude de o mesmo ter sido distribuído com antecedência e estar agendada a discussão dessa iniciativa no Plenário daquela tarde. Nada havendo a opor, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

4. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.^a (BE) - Estabelece a obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com diversidade funcional;

Depois de o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) ter solicitado o adiamento daquele ponto por breves minutos, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, a redação final com as sugestões constantes da Informação da n.º 243/ DAPLEN/2018, de 9 de novembro.

5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 330/XIII/2.^a, da iniciativa de Liliana Isabel Rodrigues Madeira Grigor e outros, que Solicitam que a licença de parentalidade possa ser gozada até 1 ano a 100%;

Deputada relatora: Susana Lamas (PSD);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD), na qualidade de relatora da petição, apresentou de forma sucinta o respetivo relatório final, o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição dos representantes dos trabalhadores da Soares da Costa; da Administração da empresa; da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT); da Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT); e da Comissão de Acompanhamento do PER da Soares da Costa, S. A.;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), recordando que naquela empresa há trabalhadores sem salários há dois anos, usou da palavra para lembrar que aquele requerimento já tinha sido discutido antes do processo do Orçamento do Estado, embora não tivesse sido votado por não ter sido inscrito formalmente na Ordem de Trabalhos.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) pediu a palavra para informar que o GP do PS votará favoravelmente o requerimento e que já reuniu com trabalhadores daquela empresa cuja situação é intolerável. Lembrou igualmente que, sobre aquela matéria, está pendente de admissibilidade a Petição n.º 535/XIII/3.ª.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) disse nada ter a opor ao requerimento apresentado pelo GP do BE. Relativamente aos demais requerimentos aprovados pela Comissão para audição, com caráter de urgência, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e ainda da Autoridade para as Condições do Trabalho, sugeriu que, em audição a agendar, pudessem, respetivamente, vir responder a questões de trabalho e de segurança social.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (CDS-PP) disse que o GP do PSD nada tinha a opor à proposta apresentada pela Deputada Rita Rato.

Procedeu-se de seguida à votação do Requerimento apresentado pelo GP do BE, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar todos os esclarecimentos sobre o atraso na devolução do IVA às IPSS;
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestar todos os esclarecimentos sobre as opções políticas, o investimento e o alargamento ou redução prevista para a confiança de crianças e jovens em risco a famílias de acolhimento;
9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP para audição com carácter de urgência do Inspetor-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para prestarem todos os esclarecimentos sobre a Inspeção à Raríssimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras;

Por não estar presente qualquer Deputado do CDS-PP, o Senhor Presidente anunciou que os três pontos precedentes da Ordem de Trabalhos ficavam adiados para a próxima reunião.

10. Ponto da situação das petições pendentes, das iniciativas legislativas e dos grupos de trabalho;

No âmbito da temática dos grupos de trabalho, o Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) propôs a criação de um novo grupo de trabalho que se debruçasse sobre o pacote laboral, comprometendo-se a indicar os Deputados que do GP do PS o vão integrar.

O Deputado José Moura Soeiro (BE) propôs que, no âmbito do sector portuário, as audições fossem alargadas às autoridades do porto de Lisboa e do porto de Setúbal.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

Para permitir uma análise mais aprofundada, o Senhor Presidente disse que aquele ponto seria reagendado para a próxima reunião.

11. Outros assuntos.

No que aos grupos de trabalho diz respeito, foi deliberado proceder ao encerramento do GT – Regime do Trabalho Noturno e Por Turnos e proceder à votação dos Projetos de Lei n.ºs 496/XIII/2.ª (BE) e 508/XIII/2.ª (PCP) no GT das Leis Laborais.

A respeito do GT – Parentalidade foi fixada a data de 11 de dezembro para apresentação de propostas de alteração e proposto que seja avaliada a possibilidade de essa matéria ser votada em sede do novo GT a criar.

O Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) solicitou a melhor compreensão pelo facto de se ter ausentado por alguns minutos da reunião da Comissão. A respeito da proposta de criação do GT – sobre Leis Laborais deu conta do seu incómodo perante o que parece estar a ocorrer: o facto de o Governo ter anunciado que iria apresentar nessa tarde um plano para a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Parece que, aproveitando o adiamento verificado na Assembleia da República a solicitação do PS, vem o Executivo protagonizar a apresentação de propostas no mesmo sentido, o que parece indiciar um grande desrespeito pelo Parlamento e pelos trabalhos parlamentares. E concluiu dizendo que talvez aquela troca de ideias fosse extemporânea.

A Senhora Deputada Carla Tavares (PS) contrapôs que estaria em causa o alargamento para 20 dias da licença obrigatória inicial do pai, algo que já tem sido referido na comunicação social.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) considerou que, ainda assim, importaria manter o dia 11 de dezembro como data-limite para apresentação de propostas de alteração.

O Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) solicitou que, apesar do adiamento dos pontos 7, 8 e 9, e uma vez que estava agora presente, fosse reavaliada essa decisão. Nada havendo a objetar, o Senhor Deputado procedeu de seguida à

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.^a SL

apresentação em conjunto dos três requerimentos, os quais, submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Foi igualmente aprovado por unanimidade um requerimento apresentado pelo GP do PSD no sentido de a Comissão proceder à audição, mediante convite, do Presidente da CNIS para apresentação e debate sobre o estudo “A importância económica e social das IPSS em Portugal”, o qual foi divulgado no dia anterior, ou seja, a 4 de dezembro.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 dezembro 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 184/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Pedro Roque